



**CPMI - INSS
01158/2025**

Gabinete da Deputada Coronel Fernanda

REQUERIMENTO Nº , DE 2025/CPMI – FRAUDE DO INSS

(Da Sra. Coronel Fernanda)

Postula seja CONVOCADA para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI o senhor André Fidelis, ex-diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, este aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI, consoante o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO para que preste depoimento o senhor André Fidelis, ex-diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, pelos fatos e fundamentos que na sequência são expostos.

JUSTIFICAÇÃO

André Fidelis, ex-diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, é uma figura central nas investigações

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados - Anexo IV, 2º andar,
gabinete 242 dep.coronelfernanda@camara.leg.br





Gabinete da Deputada Coronel Fernanda

sobre as fraudes. A Polícia Federal o investiga por suspeita de receber dinheiro em troca de autorizações para descontos indevidos em aposentadorias e pensões.

Segundo o relatório da Polícia Federal, o senhor André Fidelis assinou termos de cooperação técnica que permitiram descontos dos associados de entidades como: AAPEN, UNSBRAS, ABAPEN, MASTERPREV, ASBAPI, totalizando R\$ 142 milhões em 2024.

Além disso, o senhor André Fidelis teria recebido pelo menos R\$ 5,1 milhões por meio do escritório de advocacia de seu filho, Eric Fidelis, que também recebeu vultosos valores provenientes de empresas intermediárias associadas às entidades sob investigação.

Fidelis foi exonerado do cargo em meio às apurações, mas, de forma controversa, foi posteriormente lotado na Superintendência Regional do INSS no Nordeste, mantendo um salário médio de cerca de R\$ 15 mil. O Ministro da Previdência, Carlos Lupi, justificou a demissão pela demora na entrega de relatórios sobre denúncias, enquadrando a medida no combate a descontos ilegais. A investigação aponta ainda ligações de Fidelis e seu filho com repasses financeiros suspeitos de entidades associativas ligadas ao INSS.

Contudo, André Fidelis esteve envolvido em uma operação que permitiu à ex-presidente Dilma Rousseff furar a fila de aposentadoria em 2016, reforçando o padrão de irregularidades em sua atuação no INSS e evidenciando a importância de seu depoimento para sanar dúvidas.

É imprescindível que André Fidelis seja convocado a depor para esclarecer sua participação, o conhecimento que tinha sobre as fraudes, as decisões tomadas enquanto diretor e as relações mantidas com lobistas e empresas envolvidas. Seu depoimento é fundamental para a completa elucidação dos fatos e para a responsabilização dos envolvidos.

Assim, a oitiva de André Fidelis é medida que se impõe para a plena consecução dos objetivos da investigação, garantindo a busca pela verdade real e a efetividade da apuração das irregularidades no âmbito do INSS.



Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados - Anexo IV, 2º andar,
gabinete 242 dep.coronelfernanda@camara.leg.br





Gabinete da Deputada Coronel Fernanda

Sala das Comissões, em de de 2025.

Deputada Coronel Fernanda

PL-MT



Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados - Anexo IV, 2º andar,
gabinete 242 dep.coronelfernanda@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255077134500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Coronel Fernanda

